



## CARTOGRAFIA DA EDUCAÇÃO RURAL EM MINAS GERAIS

Bruno César de Resende<sup>1</sup>  
Maria. Isabel Antunes-Rocha<sup>2</sup>  
Israel Rossi Almeida Alves<sup>3</sup>

### Resumo

Este trabalho é parte componente da pesquisa “CARTOGRAFIA DA EDUCAÇÃO RURAL EM MINAS GERAIS” cujo objetivo foi organizar o perfil das escolas, alunos e professores da zona rural de Minas Gerais. Como fontes de informações foram utilizados os bancos de dados da SEE/MG (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Educacenso 2008. O recorte espacial utilizado para a apresentação dos dados foi a divisão por Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais. Os dados apresentados neste artigo são relativos às escolas localizadas na zona rural mineira, de acordo com a definição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e também dos alunos que se declararam moradores desta mesma zona. Neste artigo serão apresentados dados relativos ao número de alunos que moram na zona rural e os que, efetivamente, estudam nesta zona. Também são apresentados dados relativos ao número de alunos e sua colocação em cada nível da educação básica nas escolas rurais de Minas Gerais e os que

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia com licenciatura plena e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Social. Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação/UFGM. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo – EduCampo-FaE/UFGM.

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

utilizam transporte escolar. Para concluir, a situação das escolas quanto ao seu funcionamento e os níveis de ensino por elas oferecido.

Palavras Chave: Educação Rural; Educação do Campo; Minas Gerais;

Este artigo apresenta os indicadores relativos à situação das escolas e dos alunos do meio rural do Estado de Minas Gerais. Os resultados se constituem como parte da pesquisa “*Cartografia da Educação Rural em Minas Gerais*” que tem por objetivo desenvolver estudos sobre o perfil das escolas, alunos e professores que atendem a população rural/campo<sup>4</sup>, tendo como referência o critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para determinar a zona rural brasileira<sup>5</sup>.

O projeto foi elaborado tendo em vista atender ao Edital 19/2008, Apoio a Projetos de Pesquisa em Educação, publicado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Neste edital a SEE/MG demandava as universidades apoio no sentido de organizar, sistematizar, analisar e discutir as informações do seu banco de dados visando criar referências para subsidiar a implantação, gestão e avaliação de políticas públicas.

O estudo partiu da constatação de que as informações sobre as condições de docentes, discentes e escolas existem, mas apresentadas de forma que não permitem uma visibilidade específica da realidade educacional neste contexto. No âmbito nacional temos dados produzidos pela Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Pnera, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP e Fontes Rurais/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Mas esse conjunto de informações não possibilita a extração de dados consistentes que

---

<sup>4</sup> O conceito de Educação do Campo é novo. Tem menos de dez anos. Surgiu como denúncia e como mobilização organizada contra a situação atual do meio rural: situação de miséria crescente, de exclusão/expulsão das pessoas do campo; situação de desigualdades econômicas, sociais, que também são desigualdades educacionais, escolares. Seus protagonistas são as famílias e comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, ribeirinhos, quilombolas, e muitos educadores e que sejam direcionadas para a promoção do desenvolvimento do meio rural e dos sujeitos que ali vivem.

<sup>5</sup> De acordo com o decreto-lei 311/38 de 1938, será considerada como urbana toda sede de município, cabendo a prefeitura delimitar o perímetro de sua zona urbana.

possam servir como referência para a gestão dos sistemas estaduais e municipais. Segundo Rocha (2000 e 2004), os dados produzidos em âmbito nacional podem estar defasados e não condizentes com a realidade de Minas Gerais, sendo necessário e urgente a análise mais localizada nas esferas estaduais e municipais quando pensamos em políticas públicas, pesquisas e projetos de intervenção.

Portanto, entende-se que a construção de um banco de dados para Minas Gerais, traria informações mais localizadas sobre a realidade do sistema educacional no estado. Um dos produtos da pesquisa será a produção de um Caderno de Subsídios para o estado de Minas Gerais, a semelhança do que foi lançado pelo MEC em 2003 para o país e regiões federativas. Outro produto será a disponibilização de um banco de dados para consulta de usuários interessados na temática. Acredita-se que a produção destas informações trará novas possibilidades para atender a demandas pelo assunto por parte de órgãos públicos, movimentos sociais, universidades e órgãos de comunicação.

A totalidade da pesquisa contempla três temas gerais: situação das escolas, perfil e condição docente, perfil e condição dos alunos. Cada tema corresponde a uma fase de desenvolvimento do projeto. Na Fase 1 buscou-se informações sobre a situação de funcionamento das escolas. Os dados foram produzidos a partir do banco de dados da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). As variáveis observadas descrevem a situação das escolas – Ativa (funcionando em condições normais), Criada sem Funcionamento (quantidade insuficiente de alunos), Extinta (encerrou as atividades permanentemente) ou Paralisada (perdeu a demanda de alunos) - vinculadas à zona de pertencimento, sendo rural ou urbana, e também a sua dependência administrativa, se estadual, federal, municipal ou privada.

A segunda fase foi constituída a partir da organização dos dados sobre a educação na zona rural de Minas Gerais. Nesta fase foram compilados dados sobre a situação e condição das escolas, professores e alunos. Em relação às escolas da zona rural, os dados foram organizados de acordo com a infraestrutura, os espaços disponíveis, os recursos didático-pedagógicos que possuem e que modalidades de ensino que as escolas dispõem/oferecem. As informações sobre o quadro de professores são constituídas de sua composição por gênero e cor/raça, formação básica e continuada e o número de docentes por disciplina. Os dados referentes aos discentes especificam a situação de residir no meio rural e o local de estudo – escola no meio rural ou urbano. Sobre os

alunos foram organizadas informações relativas a gênero, cor/raça, nível de ensino, transporte escolar, portadores de deficiência física e mental.

A terceira fase da pesquisa, em andamento, consiste em relacionar estes dados promovendo análises sobre as informações trabalhadas.

No produto final da pesquisa os dados foram organizados em 3 recortes espaciais: Pólos Regionais<sup>6</sup>, Territórios da Cidadania<sup>7</sup> e Regiões de Planejamento. Neste artigo, serão analisados dados referentes apenas ao último recorte.

As Regiões de Planejamento foram criadas com o objetivo de facilitar a gestão pública do estado, pois, considerando as dimensões de Minas Gerais: o estado tem uma área de 586.528 Km<sup>2</sup> e possui 19.273.506 habitantes (IBGE 2007) com uma densidade demográfica de 32,86 hab/km<sup>2</sup>. É o 4º maior estado em extensão e o 2º maior em população do Brasil. Possui também a maior quantidade de municípios do país: 853. Suas dimensões e aspectos socioeconômicos conferem ao estado condições diversas em toda sua área. Em razão da enorme diversidade e extensão foi previsto na constituição estadual de 1989 sua divisão em Regiões de Planejamento de modo a otimizar a aplicação de políticas públicas e amenizar as desigualdades regionais. Sendo assim, houve a divisão do estado em 10 Regiões de Planejamento: Alto do Paranaíba, Central, Centro-Oeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Nordeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Zona da Mata. Essa divisão foi efetuada pela Secretaria de Planejamento entrando em vigor em 1995 juntamente com o Plano Plurianual de Ação Governamental.

Após observar as características socioeconômicas do Estado em estudos efetuados pela Fundação João Pinheiro (FJP) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), pode-se verificar que há desequilíbrio entre as Regiões de Planejamento. Regiões como a Central, Sul de Minas, Zona da Mata e Triângulo Mineiro apresentam destaque na composição do PIB estadual, na produção industrial e agropecuária, bem como no setor de serviços, enquanto regiões da parte norte/nordeste do estado (regiões Norte, Noroeste, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce) apresentam indicadores inferiores

---

<sup>6</sup> Divisão utilizada pela Secretaria de Estado e Educação de Minas Gerais para a gestão de políticas públicas educacionais.

<sup>7</sup> Este programa foi criado pelo Governo Federal com a finalidade de oferecer subsídios aos municípios do país com baixos indicadores socioeconômicos e que carecem de maiores investimentos para que as necessidades básicas da população sejam atendidas. No Brasil são 120 Territórios, 9 em Minas Gerais.

ao restante do estado, carecendo de políticas direcionadas às deficiências encontradas nessas regiões.

## Escolas

Em Minas Gerais estão cadastradas 16.096 escolas rurais. Destas cerca de 5.680 (35,29%) são consideradas como ativas (Tabela 1). O maior índice de escolas paralisadas ou extintas corresponde às da rede municipal, com percentual superior a 70%.

Tabela 1 – Total de escolas e escolas ativas na zona rural de Minas Gerais por dependência administrativa

Dep.Administrativa	Número de escolas	Escolas Ativas
Estadual	1.014	529
Municipal	14.963	5.085
Federal	8	8
Privada	111	58
<b>Total</b>	<b>16.096</b>	<b>5680</b>

Fonte: Cadastro de estabelecimentos (16/FEV/2009) SEE/MG/SI/SIE/  
Diretoria de Informações Educacionais

Na tabela 2 observamos que, na zona rural, 89,35% das escolas são da rede municipal, que de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9.394/96, tem como função primordial oferecer vagas no nível fundamental de ensino. O baixo percentual de escolas estaduais no campo, 9,46% do total, indica que o nível médio, que deve ser ofertado prioritariamente pelo estado, tem oferta reduzida na área rural. Na zona urbana o percentual 27,69% do total de escolas são da rede estadual e 39,01% da rede municipal.

Tabela 2 - Número de escolas ativas rurais por dependência administrativa e Regiões de Planejamento (%)

Regiões de Planejamento	Estadual	Federal	Municipal	Privada
Alto Paranaíba	13,08	0,00	84,11	2,80
Central	6,24	0,12	92,58	1,06
Centro-oeste	11,23	0,53	87,70	0,53
Jequitinhonha/Mucuri	8,87	0,00	88,84	2,29
Noroeste	6,78	0,00	92,37	0,85
Norte	13,80	0,15	85,90	0,15
Rio Doce	13,38	0,15	86,18	0,29
Sul de Minas	5,11	0,35	92,95	1,59
Triângulo Mineiro	3,61	1,20	93,98	1,20
Zona da Mata	6,46	0,00	92,46	1,08
<b>Minas Gerais</b>	<b>9,46</b>	<b>0,14</b>	<b>89,35</b>	<b>1,05</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MG. Educacenso 2008.

A predominância do vínculo municipal das escolas rurais pode ser compreendida tendo em vista o processo histórico de descentralização da educação brasileira. Já em 1943 a Lei Orgânica do Ensino preconizava a responsabilidade do município com relação às escolas rurais. A LDB 1996 ratificou e consolidou esta decisão. Há muito que se pesquisar e compreender os significados desta forma de gestão para a precariedade da oferta escolar no meio rural.

Observadas sob o recorte das Regiões de Planejamento, os índices de escolas municipais variam entre 84,11% na Região Alto Paranaíba até 93,98% na Região Triângulo Mineiro. Já tendo como referência as escolas estaduais em zona rural, os maiores percentuais são encontrados nas regiões Norte (13,8%) e Rio Doce (13,38%). A Região Triângulo Mineiro é a de menor índice, com 3,61%. Em relação às escolas federais, 25% (8 escolas) são alocadas na zona rural, sendo que as regiões Sul de Minas e Norte possuem 2 cada, as maiores quantidades entre as Regiões de Planejamento. As Regiões Alto Paranaíba, Jequitinhonha/Mucuri, Noroeste e Zona da Mata não possuem escolas federais em suas zonas rurais.

Analisando a tabela seguinte (tabela 3), podemos observar a distribuição das escolas em Minas Gerais por Dependência Administrativa, se estadual, federal, municipal ou

privada, e situação atual de funcionamento, se ativa, criada sem funcionamento, extinta ou paralisada. Nota-se em relação à dependência municipal um grande número de escolas paralisadas ou extintas na zona rural, aproximadamente 65%. Em relação às escolas estaduais a quantidade que não estão em funcionamento é de aproximadamente 30%. A partir destas colocações, pode-se inferir que o grande número de escolas paralisadas ou extintas na zona rural está em consonância com o processo de nucleação<sup>8</sup> efetuado, sobretudo neste espaço.

Tabela 3 – Situação de Funcionamento das Escolas Rurais em Minas Gerais por dependência administrativa (%)

Situação	Rural			
	Estadual	Federal	Municipal	Privada
Ativa	68,29	100	35,31	62,52
Criada Sem funcionamento	0,12	0	0,01	3,80
Extinta	9,70	0	34,37	5,64
Paralisada	21,88	0	30,30	28,05
<b>Minas Gerais</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MG. Educacenso 2008.

Os níveis e modalidades de ensino ofertadas em Minas Gerais e no Brasil apresentam como principal característica a oferta regressiva: o aumento do nível de ensino corresponde a uma diminuição da oferta na zona rural. A diferença na oferta é percebida com maior intensidade quando observamos a transição do ensino fundamental em seus anos iniciais e anos finais. O que se percebe é que a disponibilidade de escolas que ofertam os anos finais do ensino fundamental é reduzida em até quatro vezes em relação aos anos iniciais, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil. A redução da oferta é ainda mais acentuada ao avançar para o ensino médio, sendo que em na zona rural de Minas Gerais há oferta desse nível de ensino em menos de 10% dos estabelecimentos escolares.

<sup>8</sup> O processo de nucleação consiste em encerrar atividades de escolas menores e isoladas espacialmente, muitas vezes multisseriadas, transferindo seus alunos para uma “escola pólo”, que seria o núcleo escolar de determinada região.

Tabela 4 – Estabelecimentos por níveis e modalidades de ensino por zonas de pertencimento em Minas Gerais e No Brasil

Níveis e Modalidades de Ensino	Brasil		Minas Gerais	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Creche	7.402	31.382	475	4.290
Pré-escola	47.909	56.414	1.748	6.342
Ensino Fundamental Anos Iniciais	81.128	60.185	5.499	7.421
Ensino Fundamental Anos Finais	18.128	42.057	1.846	4.471
Ensino Médio	1.745	22.521	92	2.542
Educação Especial	229	6.785	5	476
EJA	21.084	24.444	308	1.686
<b>Total<sup>9</sup></b>	<b>88.386</b>	<b>110.011</b>	<b>5.898</b>	<b>11.893</b>

Fonte: Sistema de Estatísticas Educacionais, 2006. INEP.

## Alunos

As análises a seguir apresentam dados mais aprofundados de Minas Gerais, tendo como referência os dados da zona rural. Em relação aos alunos, foram considerados apenas dados dos que estudam na zona rural, pois, dos 784.096 alunos residentes nesta zona, 400.551 (51,08%) não estão matriculados em escolas rurais.

Tabela 5 – Total de alunos que estudam na zona rural e número de usuários de transporte escolar por Regiões de Planejamento

Regiões de Planejamento	Total de Alunos	Usuários de Transporte Escolar
Alto Paranaíba	8.229	5.623
Central	53.751	25.623
Centro-oeste	11.686	6.735
Jequitinhonha/Mucuri	63.561	24.767
Noroeste	12.443	8.984
Norte	98.806	35.946
Rio Doce	37.855	18.330
Sul de Minas	41.664	29.568

<sup>9</sup> Há escolas que oferecem mais de uma modalidade e/ou nível de ensino



Triângulo Mineiro	12.435	9.670
Zona da Mata	43.115	19.627
<b>Minas Gerais</b>	<b>383.545</b>	<b>184.873</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MG. Educacenso2008.

Ao observar os dados sobre a educação básica regular por Regiões de Planejamento, nota-se que a Região Norte é a que possui maior número de alunos em todos os níveis trabalhados, a exceção do pré-escolar o qual o maior número de alunos é encontrado na Região Central. Quando analisamos a distribuição dos alunos por nível de ensino nota-se em relação a educação infantil que a Região Centro-Oeste é a que possui maior percentual neste nível com 0,68% de seus alunos na creche e 11,42% no pré-escolar. Observando somente o indicador creche, a Região Triângulo Mineiro é a que possui maior percentual de alunos com 2,01%, e a Região Rio Doce o menor com 0,22%. Tendo como referência o nível pré-escolar, a Região Centro-Oeste detém o maior percentual de seus alunos neste nível com 11,42%, e a Região Jequitinhonha/Mucuri o menor com 4,07%.

Em relação ao ensino fundamental observa-se grande defasagem quando comparados os anos finais e os anos iniciais. A exceção das regiões Noroeste (63,78%), Triângulo Mineiro (64,05%) e Norte (68,06%), as demais possuem defasagem superior e 70% na transição do ensino fundamental anos iniciais para ensino fundamental anos finais. A defasagem na transição do ensino fundamental para o ensino médio é mais acentuada do que a observada na transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental. As Regiões Rio Doce e Zona da Mata possuem menos de 2% de seus alunos cursando o ensino médio, neste indicador o maior percentual é observado na Região Norte, com 8,12%. Não há casos de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da zona rural no ensino médio não seriado, ensino médio integrado não seriado e ensino médio normal/magistério.

Tabela 6 – Número de alunos matriculados por níveis de ensino na educação regular por Regiões de Planejamento

Regiões de Planejamento	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Creche	Pré-	Anos	Anos	Médio	Integrado

		escola	Iniciais	Finais	Seriado	Não seriado	Seriado	Não seriado
Alto Paranaíba	106	696	4.576	2.178	222	0	0	0
Central	540	5.305	33.247	10.975	1.527	0	27	0
Centro-oeste	72	1.202	6.953	2.079	114	0	104	0
Jequitinhonha/Mucuri	592	2.511	42.131	14.693	1.684	0	37	0
Noroeste	120	694	6.426	4.300	333	0	0	0
Norte	1.835	5.031	49.437	30.004	7.041	0	583	0
Rio Doce	80	2.342	24.406	8.703	541	0	0	0
Sul de Minas	313	3.889	27.884	6.316	719	0	51	0
Triângulo Mineiro	231	867	6.194	3.895	287	0	0	0
Zona da Mata	325	4.425	29.371	6.864	475	0	67	0
<b>Minas Gerais</b>	<b>4.214</b>	<b>26.962</b>	<b>230.625</b>	<b>90.007</b>	<b>12.943</b>	<b>0</b>	<b>869</b>	<b>0</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MG. Educacenso2008.

Em relação à educação profissional concomitante a Região Sul de Minas representa a maior frequência dos alunos matriculados com 26,86% dos casos, seguido pela Região Norte com 16,23%, enquanto a Região Zona da Mata não possui alunos matriculados nessa modalidade de ensino. Na educação profissional subsequente as Regiões Zona da Mata e Jequitinhonha/Mucuri não possuem alunos matriculados já a Região Sul de Minas possui 44,44% dos alunos matriculados nesta modalidade. No EJA ensino profissional integrado médio a Região Centro-Oeste tem a maior quantidade de alunos matriculados, com 39,26%, seguido pela Região Norte que concentra 36% dos casos. As Regiões Alto Paranaíba, Jequitinhonha/Mucuri, Noroeste, Zona da Mata e Triângulo Mineiro não possuem casos de alunos matriculados.

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA) ensino profissional integrado fundamental não existe a incidência de alunos matriculados. No EJA presencial fundamental nos anos iniciais Região Norte representa 32,54% dos alunos matriculados nesta modalidade de ensino e em menor número de matrículas deparamos com a Região Centro-oeste representando 0,2%. A análise da modalidade EJA presencial fundamental anos finais nos permite observar que existem Regiões de Planejamento em que o número de alunos deste nível é maior do que o dos alunos dos anos iniciais. Isso é observado nas Regiões Centro-Oeste, Sul de Minas e Triângulo Mineiro. Já em relação ao ensino médio, há a queda acentuada no número de matrículas em todas as regiões,

sendo que as regiões Centro-Oeste, Triângulo Mineiro e Rio Doce não possuem alunos matriculados na modalidade EJA presencial no nível médio. A modalidade EJA semi-presencial fundamental nos anos iniciais possui 30 alunos, dos quais 24 são moradores da Região Rio Doce, e finalmente a modalidade EJA semi-presencial fundamental nos anos finais possui A totalidade dos alunos matriculados moradores da Região Norte.

Tabela 7 - Número de alunos matriculados na educação profissional e educação para jovens e adultos (EJA) por Regiões de Planejamento

Regiões de Planejamento	Educação Profissional		Profissional Integrado Médio	Presencial			Semi-presencial	
	Concomitante	Subsequente		Fundamental		Médio	Fundamental	
				Anos Iniciais	Anos Finais		Anos Iniciais	Anos Finais
Alto Paranaíba	190	46	0	100	86	29	0	0
Central	325	165	54	913	466	207	0	0
Centro-oeste	338	655	117	14	52	0	0	0
Jequitinhonha/Mucuri	110	0	0	1.405	393	5	0	0
Noroeste	134	78	0	223	84	51	0	0
Norte	540	62	108	2.202	1.580	339	0	44
Rio Doce	487	143	7	813	309	0	24	0
Sul de Minas	894	1.082	12	127	388	29	0	0
Triângulo Mineiro	310	204	0	118	329	0	0	0
Zona da Mata	0	0	0	853	615	114	6	0
<b>Minas Gerais</b>	<b>3.328</b>	<b>2.435</b>	<b>298</b>	<b>6.768</b>	<b>4.302</b>	<b>774</b>	<b>30</b>	<b>44</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MG. Educacenso2008.

### Considerações Finais

A meta desta pesquisa foi ter acesso, organizar e sistematizar informações, em caráter exploratório, sobre as condições de funcionamento das escolas, do perfil da formação e trabalho docente bem como do perfil dos alunos. Na proposição sabíamos que seria necessário organizar um banco de dados específico para receber informações recolhidas de diferentes fontes e construir indicadores que pudessem trazer à luz os elementos necessários para a identificação destas condições. Não foi uma tarefa simples. Pelo

contrário, se mostrou com um grau elevado de complexidade ao apontar principalmente a dificuldade em executar cruzamentos e obter recortes de dados aglutinados de distintas fontes.

Sendo assim, propusemos a elaboração de uma cartografia ampla, buscando neste primeiro momento apresentar os dados obtidos e comparar com os alguns indicadores nacionais, única referência analítica disponível. Neste primeiro exercício de análise quantitativa houve a possibilidade de produzir análises qualitativas: de maneira geral a oferta da escola para as populações que se dedicam ao trabalho na agricultura, criação de animais, pesca, extrativismo, dentre outras atividades rurais, ainda pode ser denominada de educação rural, isto é, a precariedade ainda está presente em todos os itens analisados.

O propósito inicial era focar no perfil dos professores, mas no andamento da pesquisa o perfil das escolas ganhou relevância. Isto porque, à medida que os dados foram se revelando e mostrando que, para construir o perfil dos professores seria necessário compreender a base empírica onde os mesmos atuam. Sendo assim, houve a verticalização na produção de informações sobre a escola, apontamos indicadores substantivos sobre o perfil docente e algumas informações sobre os alunos, especialmente sobre o transporte escolar. Os dados obtidos permitem um conjunto de cruzamentos, de leituras com conseqüente diversidade de análises. Nestas considerações finais, foram selecionadas algumas informações que nos permitem avaliar as questões relativas à disponibilidade de vagas para os níveis fundamental anos finais e ensino médio. Selecionamos os itens que localizamos como mais visíveis e também mais gerais, sem nos atermos as especificidades por regiões de planejamento, pólos regionais ou territórios da cidadania, apesar de utilizar o primeiro recorte citado como base espacial de análise, contudo, os resultados obtidos demonstram que o que foi observado aparece em maior ou menor intensidade em todas as áreas indicadas.

Em termos do perfil da escola um dado relevante foi a constatação de que 89,35% das escolas rurais integram as redes municipais. Vale ressaltar que mesmo em escolas localizadas em regiões historicamente consideradas de maior índice de qualidade de vida a situação da escola rural ainda é muito precária. Mesmo considerando as desigualdades regionais latentes, que apontam para indicadores díspares quando há a comparação entre as regiões do estado, observou-se uma situação generalizada que

anuncia a ausência de condições de infraestrutura física consideradas como razoavelmente necessárias para o funcionamento de uma escola.

Esta informação cria vínculos com uma série de questões que merecem um olhar mais atento dos pesquisadores, movimentos sociais e formuladores e gestores de políticas públicas. Este dado é historicamente produzido, isto é, há quase um século as escolas do meio rural são vinculadas às municipalidades. O que isto pode significar na atualidade? Que a implantação de processos, projetos e programas para atender a LDB/96 geralmente não considera o ideário da depreciação – escolas, alunos, professores, familiares, do trabalho e do meio rural como um todo – que produziu a educação rural no Brasil e em Minas Gerais. Novos projetos e programas são implantados, notadamente na formação e na prática docente, mas não se recupera o histórico material e simbólico. Sendo assim, se desconhece o que já foi e o que não foi realizado. O *novo* chega desconhecendo toda e qualquer prática/ideário anterior.

A reflexão leva para os índices de extinção ou paralisação das escolas. Os dados deixam ver que 10.416 (dez mil e quatrocentos e dezesseis) escolas foram extintas ou estavam paralisadas na zona rural de Minas Gerais em 2008. Em maior ou menor número todas as regiões, pólos e territórios do estado fecharam e extinguiram estabelecimentos escolares. Que fatores levaram a esta decisão? Somente um estudo mais verticalizado poderá fornecer elementos para uma análise mais consistente. Para o aprofundamento deste estudo é preciso se debruçar sobre os municípios que extinguiram/fecharam mais ou menos escolas para compreender o contexto social, político, econômico, demográfico, pedagógico e cultural que possibilitou esta decisão.

Com o agrupamento dos dados, torna-se possível aproximar do universo das escolas, professores e alunos da zona rural de Minas Gerais. A criação do banco de dados, do qual foram extraídos os indicadores para a análise, possibilitou a produção de uma extensa base de dados que poderá fomentar estudos futuros que abordem diferentes objetivos, enriquecendo ainda mais o produto desta pesquisa.

Para construir o perfil dos estudantes das escolas rurais mineiras encontramos as mesmas dificuldades verificadas para elaborar o perfil dos professores. Os dados estão dispersos ou não existem. Mas é possível observar que 15% dos alunos da rede escolar de Minas Gerais estão nas escolas rurais, sendo que um total de 94.353 nos anos finais do ensino fundamental 14.586 cursando o ensino médio.

Outra informação relevante diz respeito ao transporte escolar. Cerca de 48% dos alunos moradores da zona rural utilizam transporte escolar. Não somente isso, do total de alunos que moram na zona rural, mais de 50% não estuda nessa mesma zona. Associando esta informação ao número de escolas extintas/paralisadas, além da observação da redução progressiva de escolas e alunos, quanto mais elevados os níveis da educação básica, o que se percebe é que não somente o processo de nucleação é factível na zona rural, como também que grande parte dos alunos têm a necessidade de deixar a zona rural para cursar os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Dentro desta perspectiva, é compreensível a média de anos de estudos dos habitantes da zona rural ser substancialmente menor do que os habitantes da zona urbana. Segundo o IBGE, em 2006 a população rural com mais de 10 anos tinha 4,2 anos de estudos em média, enquanto os habitantes da zona urbana em mesmas condições possuíam uma média de 7,3 anos.

No exercício de articular o perfil da escola, dos professores e dos alunos de Minas Gerais pode-se inferir que as diferenças sociais e econômicas entre as diferentes regiões do Estado se atualizam com a relação à educação rural, mas no geral a situação de precariedade é um quadro comum a todas as regiões. Situação que não é diferente do quadro apresentado no estudo feito pelo INEP para as diferentes regiões do País.

A mais significativa informação desta pesquisa refere-se às dificuldades para obter os dados sobre a educação rural numa perspectiva que permita uma compreensão sistematizada de sua estrutura, de sua organização e da sua dinâmica partindo de informações produzidas no cotidiano dos municípios e das escolas. A intrincada teia que tece a educação rural em Minas Gerais exige uma leitura cuidadosa dos dados estatísticos. Existem situações que não podem ser apreendidas pelos números e que no entanto se constituem como uma questão relevante. Podemos citar como exemplo os dados sobre a relação moradia/local de trabalho dos professores. Os longos trajetos, a necessidade de residir na escola, a distância física e simbólica entre a casa e a escola, dentre outros, são aspectos que não estão presentes nos bancos de dados, mas que poderiam estar, visto que, a relação dos professores com a escola e meio rural é apontado como um dos principais fatores que produzem a precariedade da escola no meio rural.

Para continuar a conversa sabemos que produzir este conhecimento exige de cada um de nós o desenvolvimento de habilidades até então pouco exploradas. Mas é necessário,

pois a luta pela Educação do Campo inclui a conquista de políticas públicas que por sua vez ancora-se em grande parte nos dados estatísticos.

### **Referências Bibliográficas**

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais do Século XXI**. Disponível em: [http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/estudos\\_mg.asp](http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/estudos_mg.asp). Acesso em 8 jun. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**, caderno de subsídios. Brasília, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil de Minas Gerais 2008**. Disponível em: [http://www.fjp.gov.br/escoladegoverno/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=257&Itemid=99999999](http://www.fjp.gov.br/escoladegoverno/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=257&Itemid=99999999). Acesso em 8 de jun. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados@**. <http://www.ibge.gov.br/Estadosat/perfil.php?sigla=mg>. Acesso em 8 de jun. 2009.

MINAS GERAIS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de MG, 1989.

ROCHA, M<sup>a</sup> Isabel A. **Representações sociais de professoras sobre a escola no meio rural**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. (Relatório de Pesquisa).

ROCHA, Ma. Isabel A. **Representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra**. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação/FaE/UFMG, 2004 (Tese).

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.